

O Priorado do Crato da Ordem do Hospital

Dirceu Marchini Neto¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v10i30.35563>

Resumo: Este artigo analisa o surgimento e a expansão da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém no Reino de Portugal durante a Idade Média. Além disso, apresenta um estudo sobre a relação entre a relíquia do Santo Lenho, a Batalha do Salado e a transferência da sede hospitalária portuguesa de Leça do Balio para a comenda do Crato.

Palavras-Chave: Priorado do Crato; Ordem do Hospital; Portugal.

The Priory of Crato of the Order of the Hospital

Abstract: This article analyzes the emergence and expansion of the Order of the Hospital of Saint John of Jerusalem in the Kingdom of Portugal during the Middle Ages. In addition, it presents a study on the relationship between the relic of Santo Lenho, the Battle of Salado and the transfer of the portuguese hospitaller's headquarters from Leça do Balio to the commandery of Crato.

Key-words: Priory of Crato; Order of the Hospital; Portugal.

El Priorato de Crato de la Orden del Hospital

Resumen: Este artículo examina el surgimiento y la expansión de la Orden del Hospital de San Juan de Jerusalén en el Reino de Portugal durante la Edad Media. También se presenta un estudio sobre la relación entre la reliquia de la Santa Cruz (Santo Lenho), la batalla del Salado y el traslado de la sede hospitalaria portuguesa de Leça del Balio para la encomienda de Crato.

Palabras clave: Priorato de Crato; Orden del Hospital; Portugal.

Recebido em 22/08/2017 - Aprovado em 17/12/2017

¹ Professor efetivo do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em História pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em História pela Universidade do Porto (U.PORTO). Especialista em História Medieval e do Renascimento, também pela Universidade do Porto (U.PORTO). Licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: dr.dirceumarchini@gmail.com.

Hospitalários em Portugal: primeiros documentos²

Data do ano de 1132 o primeiro documento que demonstra a presença da Ordem do Hospital³ em Portugal. Trata-se de uma doação feita por Zalama Godins a favor da Ordem, a qual “declara que os cônegos compraram ao vigário do Hospital de Jerusalém, Paio Galindes, por sete morabitinos e meio de ouro, a décima parte dos bens, que ele tinha dado à Ordem do Hospital por sua alma” (COSTA, 2000, p. 93).

Entretanto, alguns pesquisadores afirmam que há indícios de que a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém estivesse implantada em Portugal desde 1112, em Leça. No Arquivo Distrital do Porto, especificamente no *Livro dos Originais do Cabido*⁴, há um documento que contém uma pública-forma de 8 de março de 1340, que apresenta a cópia de uma carta que afirma que em 1130, Martinho, *servus pauperum lherosolimitanorum* e responsável pelo Mosteiro de Leça, doou à igreja do Porto, na pessoa do seu bispo, D. Hugo, a quintã do Regado, situada na freguesia de Paranhos, para compensar o *jantar* (colheita ou contribuição) que o Mosteiro de Leça devia à igreja.

Em 1130, esse jantar era devido há 18 anos, conforme está escrito no documento, o que pode levar historiadores a crerem que os hospitalários já estivessem na região desde 1112. Esta tese foi apresentada por José Anastasio de Figueiredo Ribeiro (1793, p. 24), que já afirmava que as ordens militares até 1130 sempre foram obrigadas a pagar o *jantar*, “ainda depois das suas maiores liberdades”; e melhor explicada por Paula Pinto Costa (2000, p. 97), principal pesquisadora dos hospitalários em Portugal, que escreveu:

Atendendo ao exposto, podemos pensar que a Ordem do Hospital esteve fixada em Leça pelo menos desde 1112. Esta data pode parecer precoce para a instalação dos freires de S. João em Leça, atendendo à evolução da Ordem em termos gerais, tanto mais se pensarmos que só recebeu bula confirmatória em 1113, se bem que existisse já há alguns anos.

Contudo, esta tese nos parece pouco sustentável na medida em que em 1113 a Ordem do Hospital já havia recebido a Bula *Pie Postulatio Voluntatis*, expedida pelo Papa

² Trechos deste artigo foram retirados da nossa tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

³ Também chamada de Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, de Ordem de São João e, após o século XVI, chamada de Ordem de Malta.

⁴ ADP (Arquivo Distrital do Porto), *Livro dos Originais do Cabido*, Liv. 21 (1679), fl. 9.

Pascoal II, que reconheceu e colocou a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, como também era chamada, sob a proteção da Sé Apostólica. Com isso, a Ordem passava a dever obediência e subordinação somente ao Papa. Então, por que, em 1130, os hospitalários deviam, há 18 anos, um jantar à igreja do Porto? Não havia submissão dos hospitalários ao bispo do Porto, pelo menos desde 1113, se é que neste período eles já estavam no Condado Portucalense. Além disso, este documento do *Livro dos Originais do Cabido* (Livro 21, 1679, fl. 9), arquivado no Arquivo Distrital do Porto, é uma pública forma de 1340, que apresenta uma cópia de uma suposta carta de 1130, o que torna esta teoria ainda menos convincente.

Imagem 1 – Igreja do Mosteiro de Leça do Balio.



Fonte: SOUSA, Manuel. *Mosteiro de Leça do Balio*. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro_de_Le%C3%A7a_do_Balio.
Consultado em: 05 de março de 2015.

Quando a Ordem do Hospital se instalou no espaço português, provavelmente durante o governo de Dona Teresa, privilegiava inicialmente as atividades ligadas à assistência (COSTA, BARROCA, 2009, p. 680). O principal motivo da implantação da

Ordem de São João de Jerusalém em Portugal foi a prática da assistência, ficando para segundo plano as intenções militares. Podemos citar, como exemplo, a doação de um hospital que Pedro Ourives construíra em Braga, posteriormente confiado pelo Arcebispo Dom João Peculiar aos hospitalários em julho de 1145 (LE ROULX, 1894-1906, p. 425-429). Em 1147, quando Santarém e Lisboa foram conquistadas por D. Afonso Henriques, não há referência documental que mencione a participação de hospitalários ao lado do exército real, o que nos leva a deduzir que neste momento a Ordem ainda não possuía um programa de ação bélica. Entretanto, em 1189, quando D. Sancho I conquistou os castelos de Alvor e Silves, a participação da Ordem Militar do Hospital já está verificada (COSTA, BARROCA, 2009, p. 680). Nesta ocasião, parece que a Ordem já tinha uma estrutura militar consolidada, que deve ter se desenvolvido na segunda metade do século XII. Citando Mário Jorge Barroca (COSTA, BARROCA, 2009, p. 680-681), “este aspecto revela que o ramo português dos Cavaleiros de S. João do Hospital tinha procedido a uma reforma da sua orgânica interna, de forma a contemplar as duas vertentes de actuação – a assistencial e a militar”.

Apesar da incerteza acerca do momento exato em que os hospitalários se instalaram em Portugal, sabemos que foi no reinado de Afonso Henriques que os Sanjoanistas passaram a ter uma atuação mais significativa no território, como comprova a célebre carta de couto de 1140 (COSTA, 2000, p. 98). Em Portugal, durante a Reconquista, a Ordem do Hospital recebeu comendas em forma de parcelas patrimoniais à medida que as vitórias bélicas aconteciam e novos territórios iam sendo tomados dos muçulmanos.

Em 1140, o rei concedeu carta de couto, sobre Leça, a D. Raimundo (procurador dos santos pobres da Santa Cidade de Jerusalém), a D. Aires (prior de Portugal e da Galiza), aos freires existentes e aos sucessores destes. Este privilégio também abrangia a confirmação de todos os bens que possuísem⁵. A fonte documental que transcrevemos refere “en como el rey Dom Afonso ha por firmis todalas gaanças e doaçoes que foram feitas ao Spital e couta e confirma o Couto de Leça e quita os vasalos da Ordem de tributo e de servidoem e de coomha e manda que nom paguem portajem”⁶.

Além deste registro, há outro no *Livro de Herdamentos e Doações de Leça* que dispõe o seguinte:

⁵ A.N.T.T., *Gaveta VI*, maço único, número 29. A.N.T.T., *Guadiana*, I, 1, fólios 123v-124.

⁶ A.N.T.T., *Colecção Costa Basto, Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, nº 4, fólio 18.

Item carta per que el rey Dom Afonso filho do conde Dom Anrique couda e confirma todalas herdades e possissoens do Spital. Outrossi manda que os homeens do Spital seyam escusados do tributo e toda servidoem e das portageens. Item couda e confirma o couto de Leça com seus termhos ⁷.

No trecho acima, observamos que além da confirmação do couto de Leça, há ainda menção da confirmação de todas as herdades e possessões da Ordem do Hospital e uma isenção aos freires da Ordem de terem que pagar tributos (jugada, anúduva, dentre outros), servidões e portagens. Estes privilégios, mais a isenção do exercício de ceder pousada, foram diversas vezes escritos em vários registros do *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça* e até o reinado de D. Dinis foram privilégios muito recebidos pelos hospitalários e pelos homens que moravam e trabalhavam em suas terras.

Em um primeiro momento, os hospitalários eram possuidores de bens que se localizavam em sua maioria no norte do reino português. Por estar inicialmente instalada no Caminho Português⁸ de peregrinação em direção a Santiago de Compostela, por participar do processo de reconquista territorial e por ajudar no repovoamento e organização social de diversas áreas, a Ordem do Hospital foi receptora, assim como outras ordens militares, da gratidão régia dos primeiros monarcas, que se materializava em doações e privilégios (COSTA, 1997, p. 312).

⁷ A.N.T.T., *Colecção Costa Basto, Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, nº 4, fólio 7.

⁸ O Caminho Português era composto por uma malha viária que alcançava sua parte mais significativa no norte de Portugal. A rota principal chegava à Galiza pela cidade de Tui e depois passava por O Porriño, Redondela, Pontesampaio, Pontevedra, Caldas de Reis, Valga e Pontecesures. Outro caminho português, litorâneo, entrava na Galiza por A Guarda e passava pelo mosteiro cisterciense de Oia, passava ainda por Baiona, por Coruxo e por Santo André de Comesaña, onde se bifurcava em duas estradas, a de Coia e Condomiñas e a de Santa María de Castrelos e Santo Tomé de Freixeiro. Depois essas estradas alcançavam Vigo e chegavam a Redondela, onde desembocavam na rota portuguesa principal. Um terceiro caminho era o que atravessava o rio Minho por San Pedro da Torre, local onde se encontravam peregrinos procedentes de Caminha, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima. Este caminho, quando entrava em terras galegas, passava pela ponte de Forcadela, por Tebra, por Malvás, pelo monte Aloia, por Cela e por O Porriño, onde os peregrinos tomavam o caminho principal, que já vinha de Portugal (Moreno, 1986, p. 77-90). Para saber mais sobre os Caminhos de Santiago, ler GONZÁLEZ-PAZ, Carlos Andrés. *La Orden de San Juan de Jerusalén y las Peregrinaciones en la Galicia Medieval (Siglos XII-XIII)*. *Revista Población e Sociedade*. Porto: Edições Afrontamento e CEPES, 2009. ISSN 0873-1861. Nº 17.

Além das doações e bens legados em testamentos, a Ordem de São João adquiriu bens por compras⁹ e permutas. As permutas não significaram um título propriamente dito de aquisição patrimonial, pois a instituição teve de oferecer outros bens em troca. “Porém, podemos aceitar que estas propriedades constituíam, de algum modo, um valor acrescentado no plano patrimonial e, por isso mesmo, tinham sido alvo deste tipo de contratos” (COSTA, 2000, p. 101-102), pois permitia ordenar o patrimônio segundo critérios pré-definidos.

No século XII, o território disponível para partilhar doações era apenas uma parte do que atualmente é Portugal (e era bastante indefinido), o que justifica a localização dos bens hospitalários no norte, embora se possam apontar outras razões. Naquele século, o destaque maior era a atuação dos hospitalários da comenda de Leça do Balio.

Em nosso entender, uma outra razão, de carácter social, pode ter favorecido a posse de bens patrimoniais na zona norte do reino. Isto é, a proveniência social dos freires de S. João, profundamente relacionada com os estratos nobilitados, os quais estavam fixados sobretudo nesta região, contribuiu para a solidificação de sua presença nestas terras (COSTA, 2000, p. 101).

⁹ Décima Constituição de Afonso II. “A lei citada regulamenta a desamortização dos bens da Igreja, proibindo que as corporações religiosas adquirissem, no futuro, propriedades fundiárias, excepto para aniversário do rei e de seu pai, permitindo a livre compra de bens pelos clérigos, que adentrariam ao seu patrimônio pessoal” (BANHOS, 2005, p. 62). As compras de patrimônio, feitas pelas instituições eclesásticas, passaram a ser proibidas no reino de Portugal a partir do reinado de Dom Afonso II. Este autor utilizou documentação publicada no *Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

Imagem 2 – Castelo de Belver.



Fonte: SEQUEIRA, Arlindo. *Castelo de Belver*. Disponível em:

<http://www.trekearth.com/gallery/Europe/Portugal/South/Portalegre/Gaviao/photo585517.htm>. Consultado em: 15 de março de 2015.

No final do século XII, na região da Beira Interior, surgiu um novo núcleo de implantação territorial, localizado inicialmente em torno da terra de Guindimtesta, o atual Gavião/Belver. Foi D. Sancho I que doou à Ordem do Hospital esta terra, em 1194, conforme consta no fólio 8 do *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*¹⁰ “Doaçom que fez el rey Dom Sancho aa Ordem do Spital do Castelo de Belveer com sas divisoens e termhos que son conteúdos na carta que sobre esto deu ao Spital”. Em troca, os freires deveriam construir um castelo (que ficou conhecido como Castelo de Belver), o que demonstra que neste momento, em Portugal, a Ordem já tinha se militarizado, tendo em vista que o castelo deveria cumprir um papel de defesa do que se pensava serem as “fronteiras” do reino. A partir deste momento, a Ordem do Hospital se desenvolve na região da Beira Interior e amplia seu domínio senhorial e jurisdicional.

Em 1224, D. Sancho II doa aos hospitalários o castelo de Algosó, doação que se enquadra em uma política de defesa e povoamento regional. Em 1232, D. Sancho II ainda doa à Ordem a região do Crato, esperando que os freires povoassem e protegessem

¹⁰ A.N.T.T., *Coleção Costa Basto*, nº 4, *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, fl. 8.

o local¹¹. “Item carta d’el rey Dom Sancho per que deu o Crato con seus termhos ao Spital”¹². Poucos anos depois, em 1356, a Ordem do Hospital já havia transferido sua sede conventual de Leça para o Crato. Por isso, ao longo dos séculos o Priorado Português da Ordem de São João de Jerusalém foi chamado de “Priorado do Crato”.

Imagem 3 – Núcleo da Flor da Rosa/Crato.



Fonte: BULL, Malcolm. *Mosteiro da Flor da Rosa/Crato*. Disponível em:
<https://www.pinterest.com/pin/427842033320014848>. Consultado em: 15 de março de 2015.

Verificam-se no *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça* dois registros que alegam que o Papa Inocêncio III confirmou o castelo de Belver, o tomou em sua guarda e declarou estar esta construção sob proteção papal. “Item privilegio de papa Innocencio terceyro en que toma o castelo de Belveer em sa guarda e em sa encomenda”. “Item privilegio de Innocencio IIIº en que confirma Belveer ao Spital assi como he confirmado pelos reys”¹³. Há ainda, no mesmo códice, um terceiro registro envolvendo Belver, referente a algum Papa Inocêncio (não especifica qual Inocêncio): “Item

¹¹ A.N.T.T., *Gavetas*, VI, m. ún., nº 22. Pode-se ler no respectivo documento: “...ut faciatis ibi populationem et fortelezam...”.

¹² A.N.T.T., *Coleção Costa Basto*, nº 4, *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, fl. 8.

¹³ A.N.T.T., *Coleção Costa Basto*, *Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, nº 4, fôlios 1 e 3.

privilegio de Innocencio papa como filha so sa guarda e defendimento ho castelo de Belveer e deve ende aver en cada huum ano dous dinheiros d'ouro”¹⁴.

Em 1261, teve lugar o cerceamento de certas atribuições fiscais das ordens presentes no reino português naquele momento, sendo regulamentado o montado, imposto aplicado sobre gado ovino e bovino que pastava em terrenos senhoriais ou concelhios¹⁵. A partir do século XIV, especificamente no reinado de D. Dinis, as ordens militares passaram a receber interferência da monarquia. Segundo Paula Pinto Costa (2004, p. 146)¹⁶:

No plano concreto das Ordens Militares, as anteriores atitudes de Afonso II e Sancho II, tomadas com o objetivo de controlarem o poder do clero na generalidade, já faziam prever estas mudanças, consubstanciadas num maior controlo exercido junto destas organizações. Esta política, que adquiriu contornos mais seguros ao longo dos reinados seguintes, encontrou um expoente na figura de D. João I, que entregou aos infantes a administração destas instituições.

Após a extinção da Ordem do Templo, no século XIV, foi criada em Portugal a Ordem de Cristo¹⁷. O Hospital, diferentemente do que foi orientado pela Santa Sé¹⁸, não herdou o vasto patrimônio templário¹⁹, que passou quase na totalidade para a nova

¹⁴ A.N.T.T., *Coleção Costa Basto, Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*, nº 4, fólio 17.

¹⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. 1, fl. 49.

¹⁶ COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. As Adaptações das Ordens Militares aos Desafios da “Crise” Tardo-Medieval. *Revista da Faculdade de Letras: História*. III Série, vol. 5, 2004, p. 146. É preciso indicar a referência por nota de rodapé porque há duas publicações desta autora no ano de 2004.

¹⁷ Bula *Ad ea ex quibus*, de 14 de março de 1319, pela qual foi fundada a Ordem de Cristo. Publicada em ALMEIDA, Manuel Lopes de [et al.]. *Monumenta Henricina*. Coimbra: 1960, vol. I, pp. 97-119.

¹⁸ Bula *Ad providam*, de 12 de maio de 1312, expedida pelo Papa Clemente V. Através desta bula, o Sumo Pontífice atribuiu à Ordem do Hospital os bens templários.

¹⁹ “Parece que los monarcas peninsulares se oponían a que la Orden de San Juan ampliase su patrimonio en tal escala. Sabemos que presionaron de tal manera al papa que éste tuvo que retrasar su decisión al respecto. Parece que inicialmente los reyes peninsulares aspiraban a quedarse con los bienes templarios de sus respectivos territorios. Por un lado, el pontificado deseaba incorporar los bienes templarios al Hospital para que siguieran cumpliendo su función de apoyo a la cruzada. Por el otro, los reyes peninsulares querían crear con ellos pequeñas órdenes militares en sus dominios estrechamente ligadas a la monarquía. La solución va a oscilar gradualmente en cada reino entre ambas as posturas. De esta forma, el caso portugués constituye el ejemplo más claro de victoria de la posición contraria a una

ordem militar e religiosa portuguesa. O rei português conseguiu do Papa que todo o patrimônio da Ordem do Templo passasse para a pequena ordem militar de Cristo, que era facilmente controlada pela monarquia. Este fato comprova que já havia se consolidado certa animosidade entre a Ordem e a Coroa, a qual teria tido início no reinado de D. Afonso III.

Apesar de a Ordem do Hospital não ter herdado a base patrimonial pertencente aos Templários, verifica-se em documentações distintas que houve algumas transmissões de propriedades entre essas ordens, cujos processos desconhecemos (COSTA, 2000, p. 191). Um exemplo disso é Bemposta, antigo patrimônio templário que foi motivo de conflito entre o Hospital e o concelho do respectivo lugar. Para resolver esta questão, D. Dinis reconheceu as pretensões dos freires e decretou que as delimitações do lugar estavam corretas²⁰.

Os hospitalários desenvolveram essencialmente quatro tipos de atividades no Reino de Portugal: os freires, além de praticarem atividades de assistência e hospitalidade, ainda exerceram funções militares frente à ameaça muçulmana e contra outros monarcas cristãos. Sabemos também que a Ordem do Hospital atuou em vários repovoamentos e reorganizações territoriais e que tinha como um dos principais deveres o envio de recursos e reforços ao Convento Central da Ordem no Mediterrâneo oriental.

Após o fim da Reconquista em Portugal, os monarcas começaram a impor regras que norteariam a operacionalidade das ordens militares. Em muitas ocasiões, a monarquia tentou usar as ordens militares em benefício próprio (COSTA, 2012, p. 7).

As Ordens Militares têm muito patrimônio, exercem prerrogativas jurisdicionais civis e religiosas relevantes e desempenham um papel diplomático crucial em proveito da monarquia, decorrentes do seu prestígio e dimensão internacional. Com efeito, estas circunstâncias (patrimoniais, jurisdicionais e diplomáticas) tornam obrigatória a sua observação constante e o controlo por parte da monarquia, de forma a garantir a convergência de interesses (COSTA, 2012, p.16-24).

A primeira tentativa de sistematizar uma reorganização na atuação das ordens militares foi de D. Dinis (1279-1325), que criou a Ordem de Cristo após a extinção da

incorporación del patrimonio templario al Hospital, que tan general era entre las monarquías ibéricas" (BARQUERO GONÍ, 2003, pp. 36-37).

²⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de Dom Dinis*, Liv. 1, fl. 124.

Ordem do Templo, que lutou pela independência da Ordem de Santiago face ao seu Convento Central, Uclés, e disciplinou a Ordem de Avis e do Hospital, procurando libertá-las da tutela dos respectivos conventos estrangeiros. Depois, no reinado de D. João I, os filhos do rei passaram a ser designados para a administração das Ordens de Santiago (1418), de Cristo (1420) e de Avis (1434), sendo os infantes designados de *administradores* ou *governadores*.

D. João II, quando assume o reino, implantou iniciativas destinadas ao reforço da autoridade régia, em uma tentativa de se sobrepor às aristocracias (MATTOSO, 1997, p. 437-443). Essa política se reflete na maneira como o monarca se relacionava com as ordens militares. Com relação à Ordem do Hospital, D. João II cerceou alguns privilégios e limitou a área de influência da milícia (VASCONCELOS, 2008, p.117).

Já D. Manuel I passa a acumular o título de rei com o de mestre da Ordem de Cristo (mestre desde 1484 e rei desde 1495). Com relação à Ordem do Hospital, D. Manuel interfere diretamente na escolha do Prior do Crato, fazendo com que D. João de Meneses fosse nomeado Prior, com a aprovação do Papa. Mais tarde, a partir de 1532, a Ordem do Hospital passou, também, a ser controlada enfaticamente por um mecanismo semelhante; a entrega do Priorado do Crato aos infantes, sendo o primeiro deles D. Luís, filho de D. João III.

D. João III, durante seu reinado, cria a Mesa da Consciência e Ordens (1532), que impunha uma espécie de programa de submissão à política régia (COSTA, 2012, p. 16-24). Em 30 de dezembro de 1551, D. João III anexa perpetuamente os Mestrados de Avis, Cristo e Santiago à Coroa através da bula papal *Praeclara carissimi*. Resumindo, a partir do século XV, a monarquia portuguesa, à semelhança do que acontecera em Castela, se esforçara por controlar estas instituições.

A Ordem do Hospital diferenciava-se das restantes em dois grandes aspectos. De um lado, por uma autonomia institucional específica enquanto Ordem de atuação intercontinental, cujos diferentes ramos, as Línguas²¹, estavam diretamente dependentes do Convento Central sediado em Malta; consequentemente, sujeitos à autoridade de um Mestre Geral e às diretrizes assumidas em Capítulos Gerais. Por outro lado, o fato de ser uma Ordem que além de funções bélicas, exercia funções caritativas e cujos seus membros cumpriam efetivamente os votos de castidade, pobreza e obediência (VERSOS, 1997, p.110).

Na Ordem de Malta, manteve-se o voto de castidade dos seus cavaleiros e a exigência de fidalguia nas suas habilitações até ao século XIX, diferentemente das demais ordens militares portuguesas. Tratando-se de uma organização de vasta atuação, a

²¹ No caso de Portugal trata-se da “Língua de Castela e Portugal”, e nesta o Priorado do Crato.

monarquia portuguesa procurou, também, controlar estes cavaleiros. Foi elaborada uma política semelhante à desenvolvida em torno das Ordens de Avis, Cristo e Santiago nos séculos XV e XVI. Tentou-se reservar o lugar de Prior do Crato para os filhos e parentes da Coroa, legítimos ou bastardos. A ligação da Ordem de Malta à Coroa ocorreu, porém, tardiamente. “Desde 1675, e após uma longa contenda travada com a Santa Sé, tornara-se regra a nomeação de infantes para o cargo de Grão-Prior” (VERSOS, 1997, p.115).

Apenas em 1789 o Grão-Priorado de Portugal é, a pedido da rainha e por bula papal, separado da soberania da Ordem de Malta, iniciando um processo que somente viria a terminar em 1793, no decorrer do qual seu patrimônio foi anexado à Casa do Infantado, à semelhança do que acontecera na Espanha, onde, por determinação de Carlos III, o Priorado de Castela e Leão foi perpetuamente concedido por Pio VI, em 1784, ao Infante D. Gabriel e seus descendentes. Em 1834, o Priorado de Portugal, um dos seis priorados que ainda restavam à Ordem, foi definitivamente extinto, juntamente com a Casa do Infantado, na qual era incorporado (FONSECA, 2002).

O Surgimento do Priorado do Crato

Já discutimos, anteriormente, a instalação da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém em Portugal. Entretanto, não aprofundamos a discussão acerca do surgimento do Priorado do Crato, denominação que o Priorado de Portugal da Ordem do Hospital passa a ter após 1340, quando o novo mosteiro começa a ser construído no Crato. No ano seguinte, inicia-se nas proximidades do mosteiro a construção da Capela da Flor da Rosa, uma igreja-fortaleza em homenagem à Santa Maria, o que significava que a Ordem pretendia continuar afirmando sua identidade através das armas e também visava a continuidade do serviço caritativo de ajuda aos pobres e peregrinos.

De acordo com Paula Pinto Costa (2010, p. 58),

Neste sentido, podemos afirmar que há uma intenção de centralizar no espaço da Flor da Rosa os princípios que sempre nortearam a identidade e a acção da Ordem, procurando-se uma espécie de refundação, em detrimento de Leça do Balio, que, no século XIV, estava afastada da nova centralidade que o reino encontrara mais a Sul.

Quando estudamos a mudança de sede da Ordem do Hospital em Portugal de Leça do Balio para Flor da Rosa/Crato, vem-nos à mente as seguintes perguntas que como historiadores devemos nos fazer: I) Por que houve essa transferência de sede? II) Quem foi ou quais foram os responsáveis pela transferência? III) Por qual ou quais

motivos isso ocorreu? VI) Quais as consequências disso para a Ordem, para a Coroa, para a nobreza e para a população local?

Para começarmos a responder a todas essas questões, é preciso remontar à década de setenta do século XIII, especificamente a 02 de abril de 1271, quando D. João Peres de Aboim e sua mulher D.^a Maria Afonso, concederam à Ordem do Hospital o padroado da Igreja de Santa Maria de Portel, bem como de todas as igrejas de seu termo. D. João Peres de Aboim, uma das personalidades mais importantes da Corte e mordomo-mor de Portugal, era senhor de Portel desde que o rei D. Afonso III havia exigido ao Concelho de Évora que lhe cedesse um conjunto de terras, em novembro de 1258 (COSTA, 2013, p. 207), como forma de reformar estruturas de domínio régio sobre tal região.

D. João de Aboim também recebera, em 13 de janeiro de 1262, do bispo e cabido de Évora a jurisdição das igrejas que estavam situadas em suas terras, das quais era padroeiro, sendo uma delas a Igreja de Santa Maria de Portel, mencionada acima. Juntamente com a Igreja de Santa Maria de Portel, havia sido concedido aos hospitalários o padroado das igrejas do Crato, da Amieira e de Portel, “sem qualquer elemento que as discrimine, porque estes freires faziam continuamente guerra aos *infiéis*” (ALMEIDA, 1971: IV, 137 *apud* COSTA, 2013, p. 209).

A partir de 1271, de acordo com imposições do documento que menciona a concessão do padroado das igrejas de D. João de Aboim à Ordem do Hospital, a Igreja de Santa Maria de Portel, assim como as demais do seu termo, seriam mantidas pelo mosteiro de Marmelar²², que deveria passar a ser uma bailiagem e residência do comendador e dos freires, com exceção daqueles que prestavam serviços nas igrejas. Aos comendadores e freires ficava vedado negociar outros bens em Portel e termo para além dos padroados das ditas igrejas, sendo que o patrimônio dos novos freires ou confrades, clérigos ou leigos, deveria ficar para os senhores de Portel ou serem vendidos no prazo de um ano. Apenas bens móveis poderiam ser recebidos por aqueles hospitalários. O documento ainda previa outras obrigações à Igreja de Santa Maria de Portel e das outras igrejas do termo, como por exemplo, pagar aos senhores de Portel e aos seus herdeiros, anualmente no mês de maio, 100 libras em moeda corrente, cuja destinação seria a guarda do castelo de Portel, por estar em região de fronteira.

Paula Pinto Costa lista ainda outras obrigações impostas pelo documento acima citado à Igreja de Santa Maria de Portel, a partir daquele momento mantida pelos hospitalários (COSTA, 2013, p.210-211):

²² Portel e Vera Cruz de Marmelar, na Idade Média estavam no Alto Alentejo. Atualmente, fazem parte do Distrito de Évora, região do Alentejo Central, a 145 e 157 quilômetros a Sul da Vila do Crato (atual Distrito de Portalegre), respectivamente.

O prior do mosteiro de Marmelar e os comendadores deveriam ser *homens bons, he nossos amigos e amem nos santamente, e guardem a nos, e a todos os que depós nos vierem, e nosso castello, e todolas nossas cousas bem e verdadeiramente, e excelentemente*; caso o comendador não respeitasse este código de conduta, a Ordem deveria substituir o comendador;

Porque se tratava de um *lugar que he novo*, só depois da morte de Afonso Peres Farinha, o mosteiro teria que pagar anualmente de responsão ao Ultramar 200 maravedis da moeda corrente, mas só depois de pagas as referidas 100 libras aos senhores de Portel, as vestimentas dos freires, as soldadas aos servos do mosteiro, a lavra das terras e todas as dívidas; caso esses 200 maravedis não fossem enviados, seriam aplicados em benfeitorias do mosteiro;

O Grão Comendador ou o prior da Ordem em Portugal quando visitassem o mosteiro receberiam os seus *ovos* duas vezes no ano e não poderiam demandar o comendador do mosteiro de Marmelar;

O mosteiro de Marmelar com todos os seus termos foi constituído pelo herdamento que D. João de Aboim tinha em Beja, pelo padroado de Santa Maria com todas as outras igrejas de Portel e seu termo, por 100 vacas, 1000 ovelhas, 100 porcos, 100 colmeas, 12 égoas, 1 cavalo, 200 moios de pão, 3000 libras em dinheiro, 12 livros muito bons, 3 pares de muito boas vestimentas, 3 cálices muito bons de prata; estes bens foram doados para a fundação do mosteiro; o senhor de Portel dá-se por quite de metade dos frutos da Igreja de Santa Maria de Portel, bem como das outras, pois trata-se de uma terra de fronteira de Mouros e de Cristãos, *he lugar de gram guerra, e de gram custa*;

D. João de Aboim apresenta motivações religiosas, acrescentando que é confrere do Hospital, que recebe benefícios da Ordem e de Afonso Peres Farinha, o qual, por seu mandado, fundou o mosteiro.

Com relação ao que fora doado por D. João de Aboim aos hospitalários, em nenhum momento consta o Santo Lenho e nem a cruz processional, sobre o quê falaremos mais adiante. As doações do senhor Aboim representam tanto um apelo religioso quanto militar à Ordem do Hospital²³, e só aconteceram talvez porque o Hospital fosse uma instituição intercontinental e não dependesse muito da monarquia castelhana, como as demais ordens ibéricas, a citar, Santiago e Avis, filiadas à Uclés e Calatrava, que já possuíam muitos territórios no Alto Alentejo. Além disso, apesar de a Ordem do Hospital possuir poucas comendas na região, já tinha experiência naqueles campos de batalha do Sul de Portugal, afinal o comendador do novo mosteiro de Marmelar, D. Afonso Peres Farinha, havia morado durante duas décadas em Moura e Serpa, no limite fronteiriço, antes de ir viver em Marmelar.

Analisando Portel e Marmelar na segunda metade do século XIII, verificamos que o poder estava nas mãos de personagens do ambiente régio e que ambos eram membros de uma nobreza instalada no Norte de Portugal: João Peres de Aboim vinha da Nóbrega e Afonso Peres Farinha vinha de Farinha Podre, Penela. João de Aboim, mordomo-mor do reino (1264), homem de confiança do rei, senhor de Portel e confreire da Ordem do Hospital. E Afonso Farinha, conselheiro régio (1250-1279), testamenteiro de D. Afonso III (1271), corregedor dos feitos do reino (1279), comendador de Marmelar, Prior da Ordem em Portugal (a partir de 1261), e com vinte anos de experiência em terras de fronteira (COSTA, 2013, p. 212). Ambos eram homens da confiança do rei, com relevantes funções desempenhadas ao longo da vida, distribuíam o poder local entre si desde então, promovendo organização social, política e eclesiástica, exploração econômica, serviços caritativos e proteção militar à região de Portel e Marmelar.

Vale ressaltar que a comenda de Marmelar ganhou imensa importância dentro da Ordem do Hospital a partir do momento em que a relíquia do Santo Lenho (suposto fragmento da Cruz de Cristo) fora associada à história do próprio freire D. Afonso Peres Farinha, a quem a historiografia do século XIX e início do XX relacionava com a chegada da relíquia à região. Guardar e proteger uma relíquia da Santa Cruz propiciou grande importância à Ordem do Hospital no Alto Alentejo, pois gerava forte perfil devocional.

²³ Nesta questão discordamos de Paula Pinto Costa (2013, p. 211), que chega a afirmar que as doações à Ordem do Hospital representavam mais um apelo religioso do que militar ou à sua capacidade de gestão dominial, pois, segundo esta autora, há que se levar em conta a inexperiência dos hospitalários portugueses em ocupar e proteger terras fronteiriças na região do Alto Alentejo. Discordamos, pois, a liderança dos hospitalários locais estava nas mãos do Frei Afonso Peres

Afinal, qual foi o momento da incorporação desta relíquia no patrimônio da Igreja de Marmelar? De acordo com Paula Pinto Costa (2013, p. 216),

Trazida, segundo a tradição, por frei Afonso Peres Farinha numa das suas três missões ao Ultramar, foi aqui depositada por razões que a história não conservou de forma linear. Apesar de a ideia de que tal feito se ficou a dever a Afonso Farinha ter sido repetida em diversas obras, não se encontra evidência documental coeva que a sustente. O primeiro texto que alude à presença da relíquia em Marmelar é o testamento de D. Dinis, que nada esclarece sobre o seu percurso prévio. Assim, há que ter em conta de que não há prova documental coeva de que tenha sido frei Farinha o portador. É de aceitar como altamente provável que se tivesse sido ele autor desta proeza, a sua lápide funerária o referisse, facto que não se verifica. Segundo palavras escritas nos anos 80 do século XIV no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, o prior Hospitalário Álvaro Gonçalves Pereira com três outros cavaleiros *foram com el* na busca da Vera Cruz, o sentido destas palavras é dúbio e, por isso, não é claro se foram a Marmelar buscar a relíquia, ou se foram a um outro qualquer sítio.

De fato, a própria lápide de Afonso Peres Farinha, existente na Igreja de Vera Cruz de Marmelar, não menciona o Santo Lenho, o que seria demasiado incoerente se ao tempo em que a lápide fora escrita já existisse alguma ligação entre tal comendador e a relíquia. Vale lembrar que Afonso Farinha faleceu em 1282 e que a lápide indica que o freire provavelmente já havia iniciado a construção do mosteiro por volta de 1268/1271?, ou seja, mesmo antes da dotação de 1271, ano em que, então, passou a ser comendador. Provavelmente, quando a lápide fora escrita ainda não era atribuída a D. Afonso Farinha a chegada do Santo Lenho à Marmelar. Além disso, no testamento de D. Dinis (de 1322), nas instruções de devolução da relíquia da Vera Cruz ao cenóbio, não há esclarecimento sobre o percurso prévio do Santo Lenho.

Farinha, que já tinha vivido cerca de vinte anos em Moura e Serpa, regiões ainda mais ao Sul de Marmelar.

Ainda de acordo com Paula Pinto Costa, há duas notícias da ida do Santo Lenho para Vera Cruz, datadas do século XVII. Há uma referência nos *Tombos das Comendas da Ordem de Malta*, “onde, no contexto da batalha do Salado, se faz uma referência à relíquia que *oje em dia se guarda com grande veneração na see de Évora, e a outra parte se pos em huma igreja da Invocação da Sancta Crus que esta junto a Portel*” (FONSECA, 2013, doc. 82). Outra referência à relíquia está relatada no Agiologio Lusitano, “que diz que a relíquia foi trazida por Afonso Farinha, que se destinava à Sé de Évora, embora por razões milagrosas tenha permanecido em Marmelar, e faz a associação da mesma à Batalha do Salado”²⁴ (CARDOSO, 1666: fl.55r *apud* COSTA, 2013, p. 216). Juntamente com essa segunda referência, estava a explicação de que depois de finalizada a Batalha do Salado, D. Afonso IV mandara partir ao meio o fragmento e que metade fosse guardado na Sé de Évora e a outra metade guardada na Igreja de Vera Cruz de Marmelar, sendo esta segunda metade posteriormente adornada de prata por D. Nuno Álvares Pereira, que também nela mandara esculpir suas armas.

Outra questão intrigante é pensarmos que se realmente tivesse sido Afonso Peres Farinha quem levou a relíquia a Portugal quando voltava de uma de suas viagens ao Ultramar, por que não a guardou em Leça do Balio, mosteiro que apesar de ser ainda pequeno naquele momento estava em uma região mais segura, distante das fronteiras e no caminho de peregrinação à Santiago de Compostela? Ou, por que não a manteve em Belfort, cujo castelo era novo, imponente e representava a força militar dos hospitalários em Portugal? Ou ainda por que não a levou para o Crato, onde já havia um castelo em 1232 e onde, segundo a carta de doação de D. Sancho II²⁵, a Ordem do Hospital devia povoar e fortalecer?

A resposta pode ser óbvia ou completamente desconhecida, ainda mais quando as lendas tentam deturpar a realidade, por mais inalcançável que essa realidade seja. O que se nota é que a documentação afirma que o primeiro destino da relíquia era a Sé de Évora, e que, por outros motivos parte da relíquia fora parar em Marmelar. Ora, se supostamente D. Afonso Farinha buscou a relíquia no Ultramar, nada mais justo que

²⁴ A Batalha do Salado foi o conflito envolvendo cristãos (Portugal e Castela) e Mouros (Granada e Marrocos), que resultou no enfrentamento de 30 de outubro de 1340, quando Castela de Afonso XI e Portugal de Afonso IV se unem e vencem os muçulmanos. Em 1339, Granada tomou Gibraltar e assolou os territórios cristãos do Sul. Em 1340 foi o rei de Marrocos que atravessou o estreito com mais de 100 navios e adentrou a Península Ibérica, onde se aliou aos Granadinos para prosseguir ao Norte. As crônicas medievais perpetuaram a vitória cristã como uma das maiores de toda a Reconquista. O Reino de Granada ainda perdurou durante um século e meio até ser definitivamente conquistado pela Espanha. Nota nossa.

²⁵ A.N.T.T., *Gavetas*, VI, m. ún., n.º 22. Pode-se ler no respectivo documento: “...ut faciatis ibi populationem et fortelezam...”.

guardá-la, pelo menos parcialmente, na Igreja de Marmelar, que estava sob os cuidados da Ordem do Hospital, e que fazia parte da Comenda Hospitalária de Marmelar. Além disso, havia uma imensa proximidade do Prior do Hospital com o senhor de Portel, o que seria mais uma força de atração para a relíquia na região de Marmelar. Até mesmo poderia ter sido guardada em Marmelar como uma homenagem póstuma ao Comendador Afonso Farinha ou à própria Ordem. Por fim, há ainda uma motivação bastante forte para se levar parte da relíquia para Marmelar: a região se relacionava com o ideal de Cruzada (talvez por ainda possuir elementos culturais e de memória da época visigótica).

Entretanto, precisamos nos lembrar de que nas lápides de D. Afonso Peres Farinha, falecido em 1282, não há menção à relíquia do Santo Lenho. Também não há menção à relíquia no documento de 2 de abril de 1271, pelo qual os senhores de Portel concederam à Ordem de São João o direito de padroado na Igreja de Santa Maria de Portel, bem como nas do termo. Diante disso, é provável também que o Santo Lenho possa ter sido levado à Marmelar por outra pessoa, depois da morte de D. João de Aboim e de D. Afonso Peres Farinha ou que já estivesse mesmo em Marmelar antes da chegada de ambos à região. O que é evidente é que dificilmente a relíquia teria sido omitida nas lápides, caso tivesse ligação com tal Prior do Hospital (COSTA, 2013, p. 217).

O que é certo é que não se sabe com precisão quando e como a relíquia do Santo Lenho chegou à Marmelar. Pairam ainda dúvidas e lendas na historiografia e na documentação. O primeiro documento que menciona o mosteiro de Marmelar como sendo da invocação de Vera Cruz é de 5 de maio de 1397 (FONSECA, 2013, doc. 17).

Segundo Paula Pinto Costa (2013, p. 218):

Assim, terá sido entre 1328 e 1397 que ocorreu a alteração do orago de S. Pedro para Vera Cruz, por hipótese em concomitância com a criação da paróquia em 1345. Face a esta constatação, somos de opinião que o facto que a pode ter justificado foi a batalha do Salado, precisamente o episódio que revigorou a história da comenda, como se de uma refundação se tratasse.

Com a vinculação da Comenda de Marmelar à Batalha do Salado e à relíquia do Santo Lenho, foi criada uma nova memória social acerca da importância histórica da região, tanto para a história de Portugal quanto para a história religiosa do Cristianismo, o que aumentou a atração de peregrinos e de olhares régios para o mosteiro, para os

hospitalários de Marmelar e principalmente, favoreceu um aumento de prestígio para as famílias nobres que detinham poder político, jurisdicional e religioso na região.

As principais famílias nobres instaladas em Portel e Marmelar eram os Pereira e os Góis-Farinha. Os primeiros ligados à memória vitoriosa da Batalha do Salado, os segundos ligados ao senhorio de Portel. Os Pereira eram ainda bastante vinculados à Ordem do Hospital, que congregava vários de seus membros.

Vale ressaltar que depois da Batalha do Salado, surgiu um discurso régio legitimador baseado na ideia de Cruzada, o que de certa maneira propicia uma evolução da situação econômica da comenda na segunda metade do século XIV. Os monarcas passam a incentivar com diversos tipos de privilégios a fixação de pessoas na região de Marmelar, principalmente concedendo terras em sesmarias e promovendo feiras locais. Havia ainda, para quem lá fosse morar e povoar: isenção de peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos e encargos concelhios em todo o reino.

De acordo com COSTA, 2013, p 220:

Estariam dispensados de ter cavalos, armas, velar, roldar, ir com presos ou com dinheiros, servir em frontarias, servir nas anúduvas da vila de Viana do Alentejo e das terças que o Rei mandara fazer na comarca de Entre Tejo e Guadiana. Ninguém lhes poderia tomar pão, vinho, roupa, palha, lenha, galinhas, gados e bestas. Dados os motivos devocionais evocados pelo Rei, deve sublinhar-se o prestígio da relíquia já nessa altura, o que pode ter contribuído par a amplitude da concessão régia. Por sua vez, esta ação pode ter sido reforçada pela conjuntura política do momento, em que a ameaça castelhana faz destes territórios associados à fronteira e às Ordens Militares pontos muito importantes, a par da influência dos Pereira na corte de D. João I e dos de Góis no contexto desta comenda. Enquanto os Pereira são associados à Vera Cruz no âmbito da memória do Salado, os de Góis estão ligados à história da comenda desde que ela foi constituída no quadro do senhorio de Portel.

D. Joao I, ao solicitar que os hospitalários escolhessem novo Prior, a escolha recaiu em Lourenço Esteves de Góis, comendador de Marmelar. Os de Góis do século XV, descendentes dos Góis-Farinha do século anterior, mantinham tamanha

proximidade com a monarquia, que esse vínculo se materializava em doações e privilégios à Ordem do Hospital e aos seus homens, como por exemplo, a doação vitalícia que D. Afonso V faz em 2 de julho de 1450 a frei Pedro de Góis, comendador de Vera Cruz, “da vila de Lousã com o seu castelo e jurisdição cível e crime, mero e misto império, reservando para o Rei apenas a correição, alçada e confirmação dos tabeliães” (FONSECA, 2013, doc. 31).

No século XV havia grande preocupação régia em povoar essa região, considerada fragilizada pela proximidade da fronteira. Havia uma significativa escassez demográfica, o que causava pouco rendimento agrícola, que era compensado pelos rendimentos vindos das esmolos e da nova feira de Vera de Cruz. Por isso a preocupação dos reis em povoar a região oferecendo tantos privilégios. Em 24 de agosto de 1463, por exemplo, D. Afonso V chegou a autorizar a concessão de bens da Ordem em sesmarias, afinal, o comendador frei Pedro de Goiás afirmava que havia muitas terras, casas, pardieiros, vinhas, herdades e bens não aproveitados, que poderiam se perder por não haver quem os explorasse, provocando assim prejuízos aos rei e à comenda (FONSECA, 2013c, doc. 37 *apud* COSTA, 2013, p. 222)²⁶.

Vale ressaltar que na comenda de Marmelar produzia-se trigo, cevada e gado. Além disso, havia outros rendimentos, que aumentavam à medida em que a região se tornava mais prestigiada. Veja como Paula Pinto Costa (2013, p. 222-223) se refere quanto à isso:

Ao nível do setor do setor primário destaca-se a produção de trigo e de cevada, de acordo com as memórias paroquiais. No âmbito das atividades económicas, o gado era também importante, como sugere a localização da comenda e o facto de, em 8 de agosto de 1488, D. João II ter concedido uma renda de 20 mil reais a João Carreiro, escudeiro da casa real e morador em Vera Cruz, por ter passado gado e dado guarida aos pastadores. Para além da atividade agro-pastoril, a comenda de Marmelar tinha interesses comerciais, sobretudo em torno da feira, que

²⁶ De acordo com esta autora: “Neste seguimento, em 8 de fevereiro de 1471, D. Afonso V autoriza frei Fernão Correia, comendador de Vera Cruz, a conceder terras em sesmarias, desde que as pessoas leigas e submetidas à jurisdição régia, de forma a evitar o avolumar de propriedades na mão da Igreja, nomeadamente sob a tutela das Ordens Militares. Este assunto foi de novo abordado em 18 de julho de 1473, altura em que o Rei autoriza o comendador a conceder terras em sesmarias” (COSTA, 2013, p.222).

gerava rendimentos atrativos. Um indicador disto mesmo é o facto de, em 26 de agosto de 1425, D. João I conceder a Catarina de Sousa, entre outras coisas, a sisa que os judeus pagavam na feira de Vera Cruz, em compensação de não lhe ter dado quatro mil coroas de ouro, por não ter o referido montante de ouro disponível, que lhe prometera por ter casado com o meirinho-mor. Desta informação resultam duas observações. Em primeiro lugar, a importância da sisa paga pelos judeus que frequentavam a feira de Marmelar; em segundo, esta terra, mais uma vez, aparece associada a figuras proeminentes da corte régia (v.g. o meirinho-mor).

Já no século XVI, a comenda apresenta-se bastante prestigiosa, sendo entregue sempre a cavaleiros de elevada condição hierárquica dentro da Ordem do Hospital, como por exemplo, os casos dos cavaleiros Lourenço Esteves de Góis, que de comendador ascendeu a Prior de Portugal, e André do Amaral, que foi comendador em Marmelar, Chanceler-mor de Rodes e Conservador Geral da Ordem (FONSECA, 2013, docs. 18 e 59)²⁷.

A entrega de uma comenda com tamanho prestígio a um determinador prior, poderia ser fator determinante para que este cavaleiro alcançasse a liderança da Ordem através da eleição ao cargo de prior. Além disso, para se receber as principais comendas ou bailias, tais cavaleiros já vinham de círculos de poder régio e de famílias nobres, ligadas ou não à região da comenda que recebia. O que importa é percebermos que o destino da Ordem em Portugal estava ligado a tais priores, cujos interesses quase sempre coincidiam com os interesses régios, ou pelo menos pareciam coincidir, na medida em que esses eram, muitas vezes, indicados ou apoiados pelos monarcas em épocas de eleição para o Priorado.

Até agora discorremos sobre a Comenda de Marmelar e sobre a presença da relíquia do Santo Lenho na Igreja de Vera Cruz, mas ainda não explicamos o que isso tem a ver com a Comenda de Flor da Rosa/Crato. Neste ponto a história das duas comendas começa a se cruzar, e se cruzam exatamente por causa da importância do Santo Lenho no imaginário português, formado a partir da Batalha do Salado.

²⁷ O frei André do Amaral também chegou a ser eleito Prior do Crato, embaixador do Grão Mestre da Ordem do Hospital, membro do Conselho Régio de D. Manuel e comendador de Ansemil, Alcafeche, Vera Cruz de Marmelar e Vila Cova à Coelheira. Além disso, ainda participou do Grande Cerco de Rodes em 1522, lutando pela defesa da ilha, naquele momento atacada pelos Turcos.

De acordo com o que analisamos anteriormente, sabe-se que após a Batalha do Salado parte da relíquia fora levada à Sé de Évora e parte fora mantida na Igreja de (Vera Cruz de) Marmelar. Para chegarmos à compreensão sobre como a Comenda da Flor da Rosa ganha importância nesse contexto, precisamos retornar à lenda criada sobre a Batalha do Salado.

Segundo um manuscrito do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (PEDRO, 1340), o fragmento da Santa Cruz teria sido transportado até o campo de batalha pelo Prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira, a pedido do rei D. Afonso IV. Este Prior mandou colocar a relíquia numa cruz de haste elevada para garantir a visibilidade. Esta cruz supostamente desaparece e depois é recuperada por um cavaleiro e três de seus vassalos. Segundo a narrativa, a Vera Cruz serviu como elemento de motivação aos cavaleiros, possibilitando a vitória cristã frente ao Islã. Após a Batalha, o Prior do Crato tinha tanto prestígio que acabou sendo considerado aquele que recuperou a relíquia desaparecida, utilizando-a para vencer os mouros. De acordo com o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, os guardiães do Santo Lenho eram os Pereira, família liderada pelo Prior Álvaro Gonçalves Pereira, elite guerreira peninsular que nos anos posteriores à Batalha do Salado geriam uma das maiores e mais poderosas ordens religioso-militares do Ocidente (COSTA, 2013, p. 228-229). Vale ressaltar que Conde D. Pedro provavelmente tinha interesses em promover tal história, tendo em vista que havia se casado, em um segundo casamento, com a filha dos senhores de Portel, ambos interessados em prestigiar as aristocracias de Portel e Marmelar.

De acordo com Fátima Regina Fernandes (2011, p. 83)²⁸:

No relato do *Livro de Linhagens* todos os guerreiros são inflamados do mesmo espírito cruzadístico, próprio dos monges-guerreiros e se convertem em instrumentos providencialistas de um destino de defesa da fé nos territórios cristãos da Península Ibérica. Contaminados pela ideologia hospitalária, os fidalgos portugueses compreenderiam neste episódio de grande aflição o seu destino e missão dentro da Cristandade, serem como guerreiros leões ou cordeiros obedientes prontos ao sacrifício em conformidade com os desígnios divinos. Uma

²⁸ Fátima Regina Fernandes ainda traça um paralelo entre o perfil de atuação dos guerreiros cristãos no relato do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* com o modelo dos cavaleiros de Ordens Militares tecido por Bernardo de Claraval no tratado *De la excelencia de la nueva milicia* dedicado aos cavaleiros da Ordem do Templo. Vide FERNANDES, 2011, pp. 75-91.

narrativa sem dúvida sacralizadora dos modelos nobiliárquicos portugueses a partir do ideário das Ordens Militares, transformando os portugueses em povo escolhido por Deus para uma função indispensável, a defesa de sua fé; um duradouro destino providencialista se anunciava ao reino português e apresentava-se como nos diz Saraiva, num estilo “elegante, erudito, alatinado, com tendência para o arredondamento oratório e para os arquétipos idealizados” (SARAIVA, 1971, p. 16)²⁹.

A partir da divulgação do *Livro de Linhagens*, criou-se uma memória coletiva, transmitida por séculos, que fez a articulação entre a Ordem do Hospital, os Pereira, a Coroa Portuguesa, a Batalha do Salado, a relíquia da Vera Cruz e o Movimento de Cruzada.

Ainda citando Fátima Regina Fernandes (2011, p. 82):

Assim, no relato do Livro do Conde D. Pedro, é o Prior quem profetiza ao rei português que ao colocar a bandeira da Santa Cruz do Marmelar como intercessora junto a Deus da fé dos portugueses alcançaria a vitória antes mesmo dos castelhanos. As falas são dirigidas por um monge hospitalário, mas os agentes da luta a serem animados são genericamente identificados como fidalgos, sem menção aos representantes de outras ordens militares ali presentes, todos pertenceriam à hoste cristã, liderada e incentivada pelo Prior da Ordem do Hospital. Em determinado momento da batalha, segundo a narrativa a Cruz não é mais vista e os portugueses tentam animar-se mutuamente com valores norteados pela ética cavaleiresca, animados pela similitude aos atos heroicos de seus antepassados, apostando na violência indiscriminada e na luta sangrenta. A salvação das mulheres e famílias dá um tom prioritariamente nobiliárquico à motivação, no entanto, quando a situação torna-se ainda mais crítica as exortações

²⁹ Nota da própria autora, referindo-se à obra: “SARAIVA, *O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro*, p. 16, nº 2”.

dos cavaleiros entre si assumem um tom cada vez mais de sacrifício pela fé diante da morte certa.

Analisando o contexto da Batalha do Salado, percebemos que há na Península Ibérica uma apropriação de ideais cruzadísticos, tendo em vista que a associação entre a Ordem do Hospital e a relíquia do Santo Lenho já existia desde o século XII, quando “o Papa Alexandre III insistiu junto do Grão Mestre Hospitalário que a primeira obrigação da Ordem era o cuidado dos pobres e que só deveria aceitar participar em campanhas militares, desde que a relíquia da Santa Cruz acompanhasse o exército cristão” (RILEY-SMITH, 2008, p. 255 *apud* COSTA, 2013, p. 227). Desde então a Santa Cruz é uma referência para as ações militares dos hospitalários. Além disso, convém mencionar que quando os cruzados conquistaram Jerusalém, em 1099, a relíquia da Cruz de Cristo apareceu e fora levada para a Igreja do Santo Sepulcro, além de confiada à Ordem do Templo, que a levava para batalhas (CORRAL, 2006, p. 226-227 *apud* COSTA, 2013, p. 227). Fica claro, assim, que o Alentejo se tornara um espaço de reprodução de conceitos associados à Cristandade Oriental, à Jerusalém e à Cruzada.

Ressalta-se, então, o protagonismo de duas famílias, muito ligadas à Ordem do Hospital e à consolidação de suas presenças em torno de Marmelar e da Flor da Rosa: os de Góis-Farinha e os Pereira. Os primeiros, desde o século XIII ligados à Marmelar, tendo como principal nome o do Prior Afonso Peres Farinha. Os segundos, associados ao Santo Lenho em pleno século XIV, principalmente no contexto da Batalha do Salado (1340), tendo como principais nomes o Prior Álvaro Gonçalves Pereira (grande homem da Batalha do Salado, comendador de Flor da Rosa/Crato) e frei Gonçalo Pires Pereira (Grão-Comendador nos cinco Reinos de Espanha).

Ao frei Afonso Peres Farinha, sepultado em Marmelar, atribuiu-se a busca da relíquia no Ultramar. Ao frei Álvaro Gonçalves Pereira, personalidade de destaque na Batalha do Salado e, posteriormente, sepultado no mosteiro da Flor da Rosa/Crato, atribuiu-se a busca e exibição do Santo Lenho na Batalha do Salado.

Respondendo às primeiras perguntas feitas no início deste tópico: I) Por que houve essa transferência de sede? II) Quem foi ou quais foram os responsáveis pela transferência? III) Por qual ou quais motivos isso ocorreu? VI) Quais as consequências disso para a Ordem, para a Coroa, para a nobreza e para a população local?

Segundo Paula Pinto Costa (2013, p. 231)³⁰:

³⁰ Segundo a mesma autora, “apesar de haver várias lendas que procuram dar resposta à curiosidade sobre a origem do nome Flor da Rosa, uma delas diz que Rosa poderá derivar da palavra Rodes (em grego *rodon* significa rosa). Rodes é a ilha onde se encontrava o convento central desta instituição desde a segunda década do século XIV e já não era a primeira vez que se incorporava na

Paralelamente à definição do estatuto da comenda de Marmelar, quando os rendimentos económicos resultantes da exploração da terra se retraem, a partir de meados do século XIV, a comenda de Flor da Rosa, vê-se impulsionada por uma força régia-nobiliárquica que lhe garante uma posição singular na história do reino e da Ordem. No contexto na vitória do Salado, deu-se a mudança da sede da Ordem do Hospital de Leça do Balio para o núcleo Flor da Rosa/Crato. Em 1341, o prior Álvaro Gonçalves Pereira fundou uma capela no termo do Crato, que estaria na origem da casa conventual da Flor da Rosa. Com esta disposição reforça a presença da instituição nesse território, onde já existia um castelo que ele próprio ocupava e se transformou em sede do priorado. Álvaro Gonçalves Pereira ter-se-ia deslocado ao convento de Rodes com 25 cavalos, tendo sido recompensado com a atribuição da dignidade de prior do Crato, por iniciativa do Grão-Mestre. A construção da Flor da Rosa, cerca de setenta/oitenta anos mais tarde que Marmelar, representa um reforço da mensagem associada à Vera Cruz. Uma vez travada a batalha do Salado (1340) e atribuído o poder vitorioso e salvífico à relíquia depositada em Marmelar, acentuou-se uma lógica de continuidade entre estes dois espaços, integrando-os num universo comum. Admitimos, assim, que a Flor da Rosa tenha sido construída como uma forma de reação em relação a Marmelar, por vontade dos Pereira, funcionando como uma espécie de imagem refletida no poder emanado desse primeiro mosteiro de Marmelar, por via do Santo Lenho.

A transferência da sede da Ordem do Hospital em Portugal de Leça do Balio, cujo complexo monástico havia sido recém-reformado entre 1306 e 1336, para o Crato se deu primeiro porque a região da Flor da Rosa era região fronteiriça e requistava maior

toponímia Portuguesa hospitalária a inspiração oriental. Belver e Crato são bons exemplos: Belver em homenagem à fortaleza israelita com o mesmo nome e Crato em homenagem ao castelo sírio designado Crac dos Cavaleiros” (COSTA, 2013, p. 232).

presença de cavaleiros, segundo porque havia desde D. Sancho II imposição régia para povoamento e defesa do local (era a condição colocada na doação das terras aos hospitalários) e terceiro porque o Prior da Ordem do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, também comendador de Flor da Rosa, havia mandado construir um mosteiro no Crato, edificado entre as décadas de 40 e 50 do século XIV. O mosteiro de Leça, primeira sede conventual dos hospitalários em Portugal, apesar de reconstruído, era estrategicamente limitado por estar situado muito ao Norte. Já a região do Crato, esta já possuía um castelo ocupado pelos freires da Ordem desde 1232 e estava numa região em que se encontrava a nova centralidade dos interesses do reino.

Havia, no século XIV imensa instabilidade nas relações de Portugal com reinos ibéricos vizinhos, daí a convergência dos interesses tanto dos hospitalários quanto do rei de Portugal em aumentar o prestígio, a força militar e o povoamento na região do Crato. Foi o ano de 1356, o que por tradição se atribui à fundação do paço da Flor da Rosa (COSTA, 2010, p. 58). O mosteiro do Crato ganha ainda maior prestígio quando o Prior Álvaro Pereira, o protagonista da Batalha do Salado, é enterrado em seu interior, “com três outros cavaleiros que com ele foram buscar a Vera Cruz” (FONSECA, 2013, doc. 14)³¹.

Segundo Fátima Regina Fernandes (2011, p. 83)³²:

Assim, os guerreiros cristãos em sua maioria laicos no Salado, identificados como portugueses ou fidalgos teriam demonstrado uma sintonia com valores dos monges-guerreiros, era como se naquele palco de guerra-santa por milagre prevalecessem princípios cristãos transformando-os todos em clérigos guerreiros. Tal condição lógica que culminaria no milagre da vitória dos portugueses frente aos grupos de muçulmanos que lhes cabiam combater. Guerreiros sangrentos convertidos em mártires em vida que aceitam seu destino e missão, que se entregam à morte pela fé e que com este desprendimento granjeiam a vitória sobre

³¹ Essas citações FONSECA, 2013 que apareceram neste tópico referem-se ao Volume 16 da Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, sendo este volume intitulado *A Comenda de Vera de Cruz de Marmelar: corpus documental (1258-1640)*, no qual são apresentadas fontes relativas à comenda hospitalária de Vera Cruz de Marmelar. São 89 documentos, desde meados do século XIII até 1640. A coordenação deste trabalho é de Luís Adão da Fonseca, tendo como coautores Paula Pinto Costa, Joana Lencart e o próprio coordenador.

³² Apesar de esta autora utilizar a expressão *monge-guerreiro*, sabe-se que os membros de ordens religioso-militares eram freires, e não monges.

seus inimigos. Em meio à iminente derrota, às muitas chagas e aos braços cansados os portugueses vislumbram novamente a Cruz do Marmelar que inflama sua coragem destemida diante da morte como se fosse uma relíquia. Assim, ao reencontrar a bandeira-relíquia, o Prior e os três cavaleiros que com ele acharam a Santa Cruz do Marmelar caída e a reergueram recobrando as forças das hostes cristãs seriam os intermediários da salvação da Cristandade neste dia e mais tarde seriam sepultados todos juntos ao redor do sepulcro do prior na Capela de Santa Maria de Flor da Rosa no Crato.

Quando se dá a transferência de sede de Leça do Balio para o Crato, a Ordem do Hospital passa a ter três locais principais de atuação no reino de Portugal: a comenda de Leça, a partir de então mais voltada para as obras assistenciais aos peregrinos (mas sempre preparada para guerra, o que se comprova pela forma bélica da arquitetura de sua igreja-fortaleza); a comenda de Marmelar, cuja família nobre dominante era a dos Góis-Farinha; e a comenda da Flor da Rosa, cuja família de maior prestígio era a dos Pereira; essas duas últimas com a missão maior de proteger as fronteiras. Entretanto, não podemos nos esquecer de que ambas as comendas eram exploradas economicamente e que tinham também como objetivo o envio de recursos materiais e humanos ao Convento Central da Ordem do Hospital na Ilha de Rodes.

Sobre os habitantes dessas duas últimas comendas mencionadas, Marmelar e Flor da Rosa, há aumento populacional nestes espaços à medida em que os freires se instalam e que privilégios régios e pontifícios atraem trabalhadores para a região, a fim de trabalho com gado e lavoura em troca de proteção militar e isenções diversas, como as já citadas anteriormente neste tópico. No caso de Marmelar, ainda havia a feira, incentivada pelos monarcas e cujos frutos econômicos eram bastante significativos.

Com esta transferência de sede, a família Pereira consolida sua influência na região da Flor da Rosa. A Ordem do Hospital continua reafirmando sua identidade militar, tanto é que passa a se sediar junto do Castelo do Crato e nas proximidades do Castelo de Belver, poderosos símbolos da grandeza militar de Portugal, mas também deixa clara sua intenção de manter as obras de ajuda aos pobres e necessitados, tanto é que também funda uma capela em honra de Santa Maria em Flor da Rosa. Os Pereira continuam no comando da Ordem do Hospital em Portugal, mesmo após a morte de

Álvaro Gonçalves Pereira, que fora sucedido no Priorado por seu filho, D. Pedro Álvares Pereira³³ e depois por seu primo em segundo grau D. Álvaro Gonçalves Camelo.

Paula Pinto Costa se pergunta por que construir a Flor da Rosa em meados do século XIV, sendo que do ponto de vista financeiro esta opção era aparentemente irracional. Para responder à esta questão esta historiadora inicia o seguinte raciocínio (2013, p. 233):

A imagem de marca da Flor da Rosa é a mesma que já fora usada em Leça – uma igreja-fortaleza – que ostenta um programa construtivo conotado com símbolos de prestígio senhorial de uma linhagem e com os objetivos programáticos de uma ordem que se quer continuar a legitimar, também, pela vertente militar, para além da clássica religioso-assistencial. O momento em que foi feita a associação dos Pereira ao relato da batalha do Salado coincidiu com a mudança de sede da Ordem para o núcleo Crato/Flor da Rosa, num horizonte conceptual de Cruzada, que suporta como que uma refundação da própria Ordem e apela a um cenário mais amplo. Estávamos em meados do século XIV, altura em que se avolumaram as dificuldades no Mediterrâneo Oriental, em que os Templários tinham sido extintos, em que os Hospitalários fortificavam a ilha de Rodes e assumiam a defesa da Cristandade frente ao Turco. Por sua vez, em terras peninsulares, o grande herói do Salado foi o Prior Hospitalário Álvaro Gonçalves Pereira, que sintetiza a importância do Alentejo nessa altura, enquanto terra de recente incorporação cristã. Tudo aponta para uma encenação de poder orientada pela incorporação de referências provenientes da Cristandade Latina e pela sua recriação a Ocidente; se a Oriente a Cristandade se torna cada vez mais vulnerável, em Portugal, a Ordem do Hospital assume a estratégia de reproduzir um novo foco da

³³ Não é nosso objetivo neste trabalho traçar a árvore genealógica dos Pereira e nem analisar o papel militar e político dos descendentes de Álvaro Gonçalves Pereira. Contudo, vale mencionar que tal Prior era filho legitimado e clérigo do Arcebispo de Braga Gonçalo Gonçalves Pereira (este também Bispo de Évora e Lisboa). Além disso, é importante mencionar que Álvaro Gonçalves Pereira era pai do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Cristandade no Alentejo. Neste cenário reforça-se a inteligibilidade da criação da Ordem de Cristo, em 1319, e a sua instalação em Castro Marim, com o propósito de concretização da Cruzada em espaços extra Portugueses.

E conclui assim (COSTA, 2013, p. 233):

À luz deste raciocínio, de comendas situadas em pleno Alentejo, Vera Cruz de Marmelar e Flor da Rosa, foram transformadas em espaços de projeção do Oriente Latino e em pólos com elevada carga simbólica, mobilizadores para além da região em que se situam. No eixo Marmelar/Flor da Rosa, a Ordem do Hospital recria uma segunda Jerusalém (em Marmelar por via do Santo Lenho) e uma segunda Rodes (em Flor da Rosa por via da manifestação da dimensão militar).

Imagem 4 – Túmulo de D. Álvaro Gonçalves Pereira, em Flor da Rosa



Fonte: SACAVEM1. *Túmulo de D. Álvaro Gonçalves Pereira, em Flor da Rosa*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:T%C3%BAmulo_de_D._%C3%81varo_Gon%C3%A7alves_Pereira.JPG. Consultado em: 20 de março de 2015.

Por fim, fica bastante claro que há uma forte carga simbólica de elementos do Movimento de Cruzada inserida no contexto da Ordem do Hospital em Portugal, tanto é que há essa “recriação” da Terra Santa no Alentejo, a utilização do nome Belver para o imponente castelo militar dos hospitalários em Portugal e a associação da igreja da Flor da Rosa, também uma igreja-fortaleza, à toponímia de Rodes e ligada à memória da Batalha do Salado. E ainda vale mencionar o perfil devocional criado na Comenda de Vera Cruz de Marmelar, por causa da relíquia do Santo Lenho.

Acerca dessa discussão sobre elementos ideológicos inseridos em Portugal após a Batalha do Salado, Fátima Regina Fernandes (2011, p. 86) afirma que o reino e a nobreza, “fortemente interdependentes constroem suas bases de afirmação e legitimação nos mesmos suportes e instrumentos ideológicos, a estabilidade do extrato nobiliárquico, nutriz da instituição monárquica resulta num rei fortalecido e num reino estável”. Ou seja, o aumento de prestígio e de poder das famílias nobres ligadas aos hospitalários em Portugal, não somente favorecia aos interesses da Ordem do Hospital como um todo, como também da própria monarquia, que se via fortalecida à medida em que a memória social da Batalha do Salado, com seus heróis e providências divinas, se tornava mais real.

Referências documentais

- ADP (Arquivo Distrital do Porto), *Livro dos Originais do Cabido*, Liv. 21 (1679), fl. 9.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de [et al.]. *Monumenta Henricina*. Coimbra: 1960.
- A.N.T.T. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. 1, fl. 49.
- A.N.T.T., *Chancelaria de Dom Dinis*, Liv. 1, fl. 124.
- A.N.T.T., *Colecção Costa Basto, Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça*.
- A.N.T.T., *Gavetas*, VI, maço único, número 29.
- A.N.T.T., *Gavetas*, VI, maço único, número 22.
- A.N.T.T., *Guadiana*, I, 1, fólhos 123v-124.
- FONSECA, Luís Adão da (Coord.). A Comenda de Vera Cruz de Marmelar, Corpus Documental (1258-1640). In *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 16. Porto: Cepese, 2013.
- LE ROULX, Jean Delaville (Ed.). *Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906. 4 Vols.
- PEDRO, Conde D. Livro de Linhagens (1340). In *Portugaliae Monumenta Histórica*. Nova Série. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. 2 Volumes.
- SARAIVA, José da Cunha (Publicação). *Livro dos Forais, Escrituras, Doações, Privilégios e Inquirições da Ordem de Malta*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1948. 3 Vols.

Referências bibliográficas

- BANHOZ, Rodrigo Pelais. *Concepções de Poder em Afonso II, Rei de Portugal (1211-1223): fontes jurídicas régia e concelhia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 62. Dissertação de Mestrado.
- BARQUERO GOÑI, Carlos. *Los Caballeros Hospitalarios Durante la Edad Media en España (Siglos XII-XV)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 2003.
- BARQUERO GOÑI, Carlos. *Los Hospitalarios en La España de los Reyes Católicos (1474 – 1516)*. Gijón: Ediciones Trea, 2006.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. Vols. 3 e 4. Porto: Fundação Engenheiro António Almeida, 2000.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *A Presença dos Hospitalários em Portugal*. Gavião: Ramiro Leão, 2010.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. Algumas achegas para o estudo dos privilégios da Ordem do Hospital na Idade Média. *Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1997. Coleção Actas e Colóquios, pp. 311-317.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. As Adaptações das Ordens Militares aos Desafios da “Crise” Tardo-Medieval. *Revista da Faculdade de Letras: História*. III Série, vol. 5, 2004.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. As Ordens Militares: entre a História e a Historiografia. In MARCHINI NETO, Dirceu; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.). *A Idade Média: entre a História e a Historiografia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. História da Comenda. In FONSECA, Luís Adão da (Coord.) *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*. Noudar e Vera Cruz de Marmelar. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Cepese/Fronteira do Caos Editores, 2013.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. O Poder Régio e os Hospitalários na Época de D. Manuel. *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua Época*. Vol. II. Guimarães: 2004.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. BARROCA, Mário Jorge. A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I: leitura e contextualização do documento de 1194. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009.

- FERNANDES, Fátima Regina. O Poder do Relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In *Revista Mosaico*. Vol. 4, nº 1, pp. 75-91. Goiânia: 2011.
- FONSECA, Luís Adão da (Coord.). As Ordens Militares em Portugal. *Seminário Internacional para el estudio de las Órdenes Militares*. Madrid, 2002.
- GONZÁLEZ-PAZ, Carlos Andrés. La Orden de San Juan de Jerusalén y las Peregrinaciones en la Galicia Medieval (Siglos XII-XIII). *Revista População e Sociedade*. Porto: Edições Afrontamento e CEPESE, 2009. ISSN 0873-1861. Nº 17.
- MARCHINI NETO, Dirceu. *A Ordem do Hospital no Noroeste da Península Ibérica: doações e privilégios (séculos XII-XV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Universidade do Porto. Porto: 2010.
- MARCHINI NETO Dirceu. *O Priorado do Crato da Ordem do Hospital e as Dinâmicas de Poder na Época do Prior D. Vasco de Ataíde (1453-1491)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Brasília (UNB). Brasília: 2015.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MORENO, Humberto Baquero. Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras: História*. II Série, vol. III, 1986, pp. 77-90.
- RIBEIRO, José Anastasio de Figueiredo. *História da Ordem do Hospital, hoje de Malta, dos Senhores Grão-Priores Della em Portugal*: fundada sobre os documentos, que podem supprir, confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso, que della se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. Parte I. Até a morte do Senhor Rei D. Sancho II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.
- RIBEIRO, José Anastasio de Figueiredo. *Nova História da Militar Ordem de Malta, e dos Senhores Grão-Priores Della, em Portugal*: fundada sobre os documentos, que só podem supprir, confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso, que della se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. Parte II. Até a morte do Senhor Rei D. Diniz. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.
- RIBEIRO, José Anastasio de Figueiredo. *Nova História da Militar Ordem de Malta, e dos Senhores Grão-Priores Della, em Portugal*: fundada sobre os documentos, que só podem supprir, confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso, que della se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. Parte III. Até os nossos dias; com o copioso Índice geral, de que necessita. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder (séculos XIV a XVI)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto (Portugal), 2008. 2 Vols.

VERSOS, Maria Inês. Os Cavaleiros de São João de Malta em Portugal de D. João V às Vésperas do Liberalismo: problemas e fontes para o seu estudo. *Penélope*. Lisboa: 17, 1997.